

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Gabinete**

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
288	A administração se preocupa em manter pessoal qualificado, treinado e, portanto, preparado para utilizar essas informações no sentido de colocar a organização em completo funcionamento e conseqüentemente, concretizar os seus objetivos.	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
199	Os convênios são protocolados e numerados em ordem seqüencial com referência do ano e registrados em livro próprio ou arquivos magnéticos, em ordem cronológica, com o CPF e ou CNPJ dos conveniados e o objeto pertinente?	X		26/09/2018	ESTE PROCEDIMENTO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO, É REALIZADO PELA SECRETARIA.
333	Na celebração de convênios, com a transferência ou repasse de recursos financeiros do município a entidade, há a procedência do plano de trabalho, proposto pela conveniada e aprovado pela administração? (art. 116 da Lei nº 8.666/93?).	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.
336	A administração mediante lei municipal já definiu o órgão oficial de divulgação do município? (CE art. 111 § único, inciso XIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93), bem como vem observando o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos?	X		26/09/2018	A LEI Nº 1.783 DE 02 DE MARÇO DE 2016 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.

- DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
201	Os processos de subvenções sociais, atendem as finalidades previstas nos arts. 16 e 17 da Lei nº 4.320/64?	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA**

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Gabinete

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
145	Em se tratando de profissionalismo e eficiência, os servidores municipais, que atuam neste setor, estão atualizados sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessam a administração pública?	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.
147	São elaborados regularmente, boletins oficiais do município e outras publicações jornalísticas ou institucionais que interessam à administração municipal?	X		26/09/2018	A DIVULGAÇÃO É FEITA ATRAVÉS DO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO E DA PÁGINA DA PREFEITURA MUNICIPAL NA REDE SOCIAL FACEBOOK.

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
335	As publicidades dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, têm caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não contém nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores municipais? (CF art. 37 § 1º)	X		26/09/2018	

mf.



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Gabinete

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
135	O vice-prefeito atua no inter-relacionamento do poder executivo como legislativo, especialmente quando: a) ao acompanhamento da votação de projetos de leis de interesse do poder executivo; b) à elaboração de mensagens e de razões de veto; c) ao atendimento de pedidos de informações da câmara, observando os prazos legais?	X		26/09/2018	
136	O vice-prefeito acompanha a divulgação de atividades realizadas pela prefeitura e dos resultados obtidos pela ação do poder executivo municipal?	X		26/09/2018	
137	O vice-prefeito acompanha a procedência das reclamações ou denúncia que forem dirigidas à prefeitura e propor, quando cabível aos órgãos competentes, a instauração de sindicância, de inquérito administrativo e de auditoria?	X		26/09/2018	
139	O vice-prefeito acompanha o atendimento, pela prefeitura de solicitações de órgãos federais e estaduais?	X		26/09/2018	
209	A regulamentação das leis através de decreto é efetuada dentro do prazo legal, dando ampla publicidade e é observado para não criar nem direitos ou sobre novas obrigações?	X		26/09/2018	
210	Regularmente são emitidas portarias para normatizar a execução de determinados serviços, organização administrativa, medidas disciplinares e para demais atos que, por sua natureza, não devam ser objeto de decreto?	X		26/09/2018	
212	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - situação analítica das concessões, permissões, acordos, convênios e ajustes em execução, devidamente conciliados, informando inclusive, as contas bancárias respectivas dos recursos vinculados e, se pendente de prestação de contas?	X		26/09/2018	

MARINA DE OLIVEIRA LEME

CHEFE GABINETE

Marina de Oliveira Leme

Chefe de Gabinete

RG. 41.093.256-5



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Gabinete

- DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
63	A entidade para a qual o recurso foi repassado é reconhecida, por lei municipal, como entidade civil sem fins lucrativos?	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.
65	Nas prestação de contas das entidades beneficiárias consta a documentação exigida pelas normas legais?	X		26/09/2018	ESTA PERGUNTA DEVE SER RESPONDIDA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
89	A gestão do administrador, visando comprovar sua legalidade e legitimidade e seus resultados quanto à eficiência e eficácia dos programas/projetos executados ou em execução é avaliada periodicamente?	X		26/09/2018	

MARINA DE OLIVEIRA LEME
CHEFE GABINETE

Marina de Oliveira Leme
Chefe de Gabinete
RG. 41.093.256-5



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 5 de 5

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Gabinete

- PLANO PLURIANUAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
578	É FEITO MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DURANTE A EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO?	X		26/09/2018	A CHEFE DO EXECUTIVO REALIZA PERIODICAMENTE REUNIÕES COM OS DIRETORES DE DEPARTAMENTO, OS CHEFES DE SEÇÃO E OS ENCARREGADOS, A FIM DE ANALISAR O CUMPRIMENTO E O ESTABELECIMENTO DE METAS, BEM COMO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.

MARINA DE OLIVEIRA LEME
CHEFE GABINETE

Marina de Oliveira Leme
Chefe de Gabinete
RG. 41.093.256-5



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento**

- RECEITA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
416	A receita de serviços é suficiente para cobrir os seus custos e, conseqüentemente, mantê-lo em condições de funcionamento adequado e eficiente, inclusive de atender ao crescimento da demanda?		X	17/09/2018	Apesar de não ter um controle de custos apurados é evidente nas despesas dos setores responsáveis pelas prestações de serviços.

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
120	Verificou-se o cumprimento do limite com despesas de pessoal e da repartição dos limites globais ao final de cada semestre? (art. 19, 20 e 63 da LRF 101/2000)	X		17/09/2018	Sim, no 1º quadrimestre devido a mudança no calculo da RCL o indice ultrapassou os 54 %, porém foi tomado providencias para que baixasse o indice no 2º quadrimestre. Porém ainda se encontra acima do limite prudencial de 51,3%.

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
121	Foi encaminhado o Projeto do Plano Plurianual para o poder legislativo, que deverá devolver para sanção até o encerramento da sessão legislativa?	X		17/09/2018	Sim, no exercício de 2017 foi encaminhado à Camara Municipal e foi devolvido no prazo legal em
123	O poder executivo encaminhou o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao poder legislativo dentro do prazo legal?	X		17/09/2018	Sim enviado ao Legislativo anteriormente a data de 30/08 de cada exercício.
129	Das receitas previstas é obrigatório até 30 dias após a publicação do orçamento, realizar o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, especificando em separado, quando cabível, as medidas de combate à evasão fiscal e a sonegação?	X		17/09/2018	sim, porém isso é feito sempre após a aprovação da LOA de cada exercício.

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
365	As prestações de contas do legislativo municipal são baixadas na contabilidade do município em contrapartida na conta "suprimentos", e o seu saldo é igual ao saldo bancário do legislativo?	X		17/09/2018	
368	Os valores pagos de amortização da dívida fundada interna, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		17/09/2018	
370	O setor emitiu e encaminhou aos órgãos competentes, relatório circunstanciado do balanço consolidado ou individual de cada unidade?	X		17/09/2018	
371	O setor mantém controles objetivando o equilíbrio financeiro, atendendo o disposto na Lei 4.320/64, art.48, "b"?	X		17/09/2018	
384	Quando verificados saldos impróprios nas contas contábeis dos sistemas financeiros, patrimonial, compensado e orçamentário, foi procedida a regularização dos mesmos?	X		17/09/2018	
385	Os créditos adicionais suplementares ou especiais, são abertos com a indicação dos recursos correspondentes e com prévia autorização legislativa e decreto executivo, de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 incisos V e VI da Constituição Federal?	X		17/09/2018	
386	Os créditos adicionais abertos por conta de recursos do excesso de arrecadação, entre a arrecadação prevista e a realizada foi devidamente comprovado e está de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 inciso V da CF)?	X		17/09/2018	
388	O setor mantém controles para não contrair obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidades de caixa, nos termos do parágrafo único e caput do art.42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?	X		17/09/2018	
398	Os créditos especiais para novas despesas são procedidos de autorização legislativa, decreto executivo, existência de recursos e justificativa? (art. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64).	X		17/09/2018	
399	É observado para promover o cancelamento dos restos a pagar que prescreveram (prazo os anos), conforme Decreto Federal nº 2.0910/32?	X		17/09/2018	
403	A contabilidade possui controle atualizado das	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	dividas de financiamentos e débitos consolidados?				
405	A administração contábil, exerce controle de gestão financeira e econômica sobre os resultados financeiros e econômicos (metas fiscais), previamente programados, para verificar se foram ou não alcançados;	X		17/09/2018	
406	A administração contábil, exerce controle de gestão econômica e patrimonial sobre o patrimônio econômico-administrativo para verificar e avaliar as alterações quantitativas e qualitativas substanciais, bem como os seus efeitos, se positivos ou se negativos;	X		17/09/2018	
407	A contabilidade atua com eficácia da informação, com diretrizes e observação para que toda e qualquer operação deva ser contabilizada?	X		17/09/2018	
408	A contabilidade atua com eficácia, mantendo a escrituração em dia?	X		17/09/2018	
409	A contabilidade atua com eficácia, apresentando os relatórios exigidos pela administração e pela legislação pertinente?	X		17/09/2018	
410	A contabilidade atua com eficácia e o planejamento das contas atende os objetivos da instituição, bem como se entrosar com os demais dispositivos de controle geral, estruturados pela atividade de controle atinja o grau de eficácia esperado?	X		17/09/2018	
411	Os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitir evidenciar perante a fazenda pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados?	X		17/09/2018	
413	Os serviços de contabilidade são organizados e permitem o acompanhamento da execução orçamentária: o conhecimento da composição patrimonial; a determinação dos custos dos serviços; o levantamento dos balanços gerais; a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros?	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
390	Nos processos de despesas públicas, é observada a obrigatoriedade do cumprimento legal? (art. 63 § 1º e 2º da Lei 4.320/64).	X		17/09/2018	

- RECEITA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
364	Os recursos provenientes de alienações de bens são registrados e aplicados nos termos dos arts. 44 e 50, inciso I da LRF?	X		17/09/2018	
366	Está sendo utilizada uma metodologia realista na previsão da receita no orçamento municipal, de modo a não superestimá-la em desacordo aos princípios técnicos de orçamentação, contrariando o disposto no art. 30 da Lei 4.320/64?	X		17/09/2018	

- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
362	As receitas registradas de operações de crédito após o seu registro no fluxo orçamentário, é lançada automaticamente no sistema patrimonial em conformidade com os princípios contábeis?	X		17/09/2018	

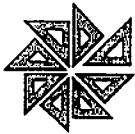


PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
192	O limite entre 5 a 8% (cinco a oito por cento), da receita tributária e das transferências previstas no art. 153 inciso 5º e arts. 158 e 159, ambos da Constituição Federal de 1988, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do poder legislativo, excluindo-se os inativos (art. 29-A da Constituição Federal), está sendo cumprido?	X		17/09/2018	
378	O setor acompanha o cumprimento do limite constitucional da aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos?	X		17/09/2018	
379	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), incidentes sobre os 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos e transferências de impostos, conforme caput, do art. 60, do ato das disposições constitucionais transitórias, alterado pela emenda constitucional nº 14?	X		17/09/2018	
380	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério? (art. 60, § 5º da CF atos das disposições constitucionais transitórias)	X		17/09/2018	
381	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo em despesas com ações e serviços públicos de saúde em relação às receitas de impostos e transferência de impostos (art.198 da CF combinando com o art. 77 do ato das disposições constitucionais na realização da despesa), está sendo observada a classificação funcional programática, econômica e elementos de despesa? (Lei 4.320/64 e posteriores alterações).	X		17/09/2018	

- DÍVIDA ATIVA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
363	As receitas registradas, originadas pela cobrança de dívida ativa, após o seu ingresso é baixada nos créditos lançados no sistema patrimonial?	X		17/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento**

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
125	A realização da receita está de acordo com as metas definidas no anexo de metas fiscais?	X		17/09/2018	
134	O poder executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso que deverá ser até 30 (trinta) dias após a publicação do orçamento? (art. 8º LRF)	X		17/09/2018	
138	O vice-prefeito tem participação efetiva nas audiências públicas de planejamento municipal, em especial na elaboração do PPA, LDO e LOA?	X		17/09/2018	
167	A criação, a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem elevação da despesa, conforme o art. 16, da Lei 101/00, estão sendo acompanhados de informações sobre a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subseqüentes, e de declaração do agente ordenador de que essas alterações têm adequação orçamentária e financeira e estão compatíveis com o PPA e com a LDO? (art. 16 da LC nº 101/2000).	X		17/09/2018	
168	São realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamentos para elaboração do orçamento da receita para o período de cada uma das unidades gestoras;	X		17/09/2018	
169	São realizados estudos (PPA) para apuração dos gastos com a manutenção da máquina administrativa e definição das disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental?	X		17/09/2018	
170	São realizados estudos (PPA), para definição dos programas e das ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamento, baseado no resultado da audiência pública?	X		17/09/2018	
171	As audiências públicas são conduzidas com o objetivo de permitir a participação da sociedade organizada nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fixadas para cada quadrimestre ou semestre? (art. 9º, § 4º e 48, § único da LRF).	X		17/09/2018	
173	São realizados estudos (LDO) para identificar o volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?				
174	São realizados estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das disponibilidades financeiras para o financiamento das prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraída dos objetivos e metas estabelecidas no PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II § 2º da CF e 48, § único da LRF).	X		17/09/2018	
175	Foram definidos os programas (LDO) e das ações de governo compatíveis com o PPA, demonstradas em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado no resultado da audiência pública?	X		17/09/2018	
176	As audiências públicas no processo de elaboração da LDO estão sendo agendadas e convocadas pelo executivo municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular?	X		17/09/2018	
177	Na elaboração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispendo sobre o orçamento da receita e da despesa, estabelece as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraídas do PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II, § 2º da CF).	X		17/09/2018	
178	O Projeto de Lei da LDO orienta para: - alteração da legislação tributária; - autoriza criar cargos, empregos e funções, concessão de vantagens, concessão de aumento aos servidores, alteração da estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título; - equilíbrio entre receita e despesa: - limitação de empenho; - controle de custos; - avaliação de resultado dos programas; - condição p/ transa a entidades públicas e privadas; - estabelecimento de metas fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida; - avaliação do cumprimento de metas do ano anterior; - registro de memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas; - demonstração da origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos; - avaliação da situação financeira e atuarial; - estimativa e compensação da renúncia de receita; - margem de expansão das despesas obrigatórias de	X		17/09/2018	

9

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	caráter continuado; - reserva de recursos para os riscos fiscais; - definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência; - programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso; - definição de despesa irrelevante para a dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro; - prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos; - autorização para assumir custeio de competência de outros entes; - definição dos incentivos ou benefícios tributários - renúncia de receita?				
179	No planejamento da Lei Orçamentária Anual foram realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?	X		17/09/2018	
180	Estão sendo realizados estudos para a apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das possibilidades financeiras para financiamento das prioridades e metas para o exercício seguinte, extraída da LDO e aprovadas em audiência pública? (art. 165, III § 5º da CF e 48, § único da LRF).	X		17/09/2018	
181	Está sendo elaborado mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária à Câmara Municipal na forma estabelecida na LDO? (art. 22, I da Lei 4.320/64).	X		17/09/2018	
182	A Lei Orçamentária Anual, devolvida ao poder executivo para sanção, está sendo observado o prazo de até 15 dias contados da data do seu recebimento?	X		17/09/2018	
183	Está sendo dada ampla publicação do texto da Lei Orçamentária Anual, no órgão oficial do município, inclusive em meios eletrônicos/ (art. 48 da LRF).	X		17/09/2018	
191	Na elaboração do PPA é procedido a exposição de motivos e ofício de encaminhamento à câmara municipal conforme definido na lei orgânica ou outro instrumento legal?	X		17/09/2018	
203	Os decretos de alterações orçamentárias especificam no seu preâmbulo a lei autorizativa a que se referem?	X		17/09/2018	
401	Para elaboração da LOA, são observados dados	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	pertencentes ao PPA e LDO vigente, e posteriormente encaminhado ao legislativo dentro do prazo legal?				
402	O poder executivo municipal, tem realizado audiências públicas para elaboração da LDO e LOA?	X		17/09/2018	
404	O município tem efetuado audiência pública com intuito de demonstrar o cumprimento das metas fiscais?	X		17/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento**

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
149	Os comprovantes de despesa com publicidade atendem plenamente as exigências de liquidação das mesmas?	X		17/09/2018	
151	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as transações efetivas de natureza financeira, resultantes ou não da execução do orçamento, que produzam efeitos sobre o fluxo de caixa e o patrimônio financeiro da entidade governamental?	X		17/09/2018	
152	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as operações ou transações de caráter econômico resultantes ou não da execução orçamentárias, e que produziram efeitos de caráter econômico sobre o patrimônio da entidade?	X		17/09/2018	
153	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre a execução de atividades das mais variadas naturezas nas várias áreas de atuação governamental, as quais envolvem responsabilidade da organização, inclusive dos respectivos gestores, no cumprimento dos prazos e das metas de caráter financeiro, econômico e social?	X		17/09/2018	
154	O sistema de informações tem por objetivo evidenciar a composição patrimonial e situação econômico-financeira da entidade, com observação dos princípios fundamentais de contabilidade/	X		17/09/2018	
155	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os resultados obtidos nas operações da entidade e especialmente, das unidades de gestão nas atividades pelas quais são responsáveis e desenvolvidas nas áreas de atuação?	X		17/09/2018	
156	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os bens e valores de qualquer natureza pertencentes ou confiados à guarda ou custódia da entidade, bem como a localização da sua origem e da sua destinação?	X		17/09/2018	
157	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os resultados da gestão de programas especiais de trabalho, cujos recursos financeiros neles empregados provieram de receitas especificadas que, por lei, lhes foram destinadas?	X		17/09/2018	
159	O sistema de informação tem por objetivo	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Planejamento

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	evidenciar as responsabilidades de todos quantos de qualquer modo arrecadem receitas, efetuem despesas ou guardem bens pertencentes ou confiados à entidade/				
160	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar o volume de recursos movimentados por área de responsabilidade, bem como por toda a organização?	X		17/09/2018	
161	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar comparações e verificações?	X		17/09/2018	
163	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar a apuração e a avaliação dos custos de atividades de qualquer natureza?	X		17/09/2018	
164	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento dos efeitos das decisões de caráter gerencial sobre o fluxo de caixa sobre o patrimônio financeiro da entidade?	X		17/09/2018	
165	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento e a avaliação da execução das metas fiscais e da evolução do patrimônio líquido?	X		17/09/2018	
166	O sistema de informação tem conhecimento de aspectos da organização, tais como; a) da sua estrutura organizacional, ou seja, do conhecimento dos órgãos da administração central e da administração descentralizada; b) das funções de cada órgão e das atividades que cada um executa; c) do processo decisório, ou seja, de quem é quem na organização; d) do processo da execução das atividades de cada órgão?	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
418	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor esta sendo providenciado os seguintes documentos: -relação das despesas sujeitas à aplicação do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/193, especialmente relativo ao cumprimento da ordem cronológica das exigibilidades, por fonte de recursos, de modo a oportunizar ao sucessor, desde o inicio do mandato o pagamento das despesas em aberto em respeito à Lei, devidamente assinada pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?	X		17/09/2018	
419	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo das obrigações contraídas e não pagas até o encerramento do corrente exercício, inscrito ou não em restos a pagar?	X		17/09/2018	
420	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo da dívida fundada interna e externa, bem como de operações de crédito por antecipação da receita (ARO) não quitadas?	X		17/09/2018	
470	O setor articula-se com a contadoria geral do município, objetivando a perfeita e correta aplicação dos percentuais financeiros, no desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental?	X		17/09/2018	

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
431	As despesas com publicidades, decorrentes de ato legal ou administrativo, é verificado a eficácia da publicidade, na forma da lei, para devido pagamento? (art. 111, parágrafo único da Constituição Estadual).	X		17/09/2018	


CLAUDETE APARECIDA BETINI
DIRETORA DE FINANÇAS



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- PRECATÓRIOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
91	Os eventuais precatórios são registrados na contabilidade?	X		17/09/2018	No inicio do exercicio financeiro o quais estão previstos na LOA.

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
83	Os gastos com pessoal são analisados periodicamente quanto aos limites legais?	X		17/09/2018	Sim, mensalmente, através de relatórios gerenciais, tomando as devidas providencias para diminuir quando acima do limite.
84	As aplicações em educação, inclusive FUNDEF, são acompanhadas periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		17/09/2018	Sim, mensalmente, estando ciente de que no final do ano tem que cumprir com pelo menos 95% dos recursos recebidos do Fundeb e pelo menos os 25% da Decencial (recursos proprios)
85	Os gastos com a saúde são acompanhadas periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		17/09/2018	Sim, mensalmente o indice da saude é acompanhado.

- PRECATÓRIOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
90	Os eventuais precatórios são incluídos no orçamento?	X		17/09/2018	

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
82	O endividamento do órgão/entidade é acompanhado periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		17/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

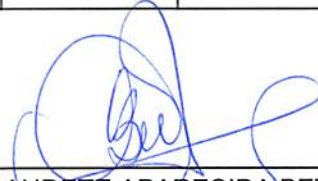
TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
87	Os programas/projetos previstos no PPA constam da LOA e da LDO?	X		17/09/2018	
88	O nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do seu gerenciamento são objeto de análise sob o aspecto da economicidade?	X		17/09/2018	

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
7	A abertura de créditos adicionais, transposição, transferência e remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra é feita com autorização legislativa?	X		17/09/2018	



CLAUDETE APARECIDA BETINI
DIRETORA DE FINANÇAS



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO


TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Serviço da Dívida Pública

- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
59	Existem arquivos com controles específicos de todos os empréstimos tomados pelo município, contendo as autorizações legais para contraí-los, os contratos, valores, prazos, desembolsos ou amortizações, bem como aditamentos que elevem o valor da dívida ou modifiquem prazos contratuais?	X		17/09/2018	Não se aplica, pois o município não tem empréstimos contraídos.

- LIMITES DE ENDIVIDAMENTO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
60	Na hipóteses da dívida consolidada do município encontrar-se próxima dos limites fixados na Resolução nº 40, do Senado Federal, são emitidos alertas?	X		17/09/2018	



CLAUDETE APARECIDA BETINI
DIRETORA DE FINANÇAS



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
643	QUANDO O MUNICÍPIO É SIMPLES INTEMEDIÁRIO DE RECURSOS DA UNIÃO OU ESTADO, AS RECEITAS TEM SIDO CONTABILIZADAS EXTRAORÇAMENTÁRIAMENTE?		X	17/09/2018	



CLAUDETE APARECIDA BETINI
DIRETORA DE FINANÇAS